

BRASIL:

UMA MIRADA À AGENDA QUE COMUNICA O BRASIL

La literatura oral y escrita son el mejor soporte comunicacional para leer los modos como se construyó la nación brasileña. Una sociedad que es campeona mundial en el uso de celulares pero también en violencias. En este texto se propone pasar de la democracia como simulacro y del Estado que vive de sus espectáculos de simulación a un Brasil de derechos capaz de tejer una sociedad para todos. La propuesta significa abandonar las metáforas repetitivas y bellas que perpetúan mitos armónicos pero falsos a unas metonimias que provoquen las rupturas necesarias y exijan una mejor lectura de lo vivido, lo marginal, lo sufrido. Se plantea un relato brasileño a partir de 3 metonimias: (re)hacer la ciudad comunicada como nueva cultura política; analizar las ausencias y presencias en los medios de comunicación y los desafíos de la educación social; invocar los derechos como vitales para ganar códigos expresivos en la conquista de las expectativas y necesidades negadas. Hay que “inventar” el Brasil que toma en cuenta sus experiencias sociales y culturales de base.

Luiz Roberto ALVES

Luiz.alves@metodista.br

Professor e investigador da Universidade Metodista e da Universidade de São Paulo, Brasil. Secretário de Educação e Cultura das cidades de São Bernardo do Campo (1989-1992) e Mauá (2001-2003). Coordenador da Cátedra de Gestão de Cidades da Universidade Metodista de São Paulo. Assessor voluntário de movimentos sociais. Autor de obras sobre educação, comunicação, cultura e políticas públicas.

Introdução

Pensar uma agenda para o Brasil contemporâneo, a partir da comunicação, remete à construção de um símbolo capaz de estimular a produção deste texto e animar os seus desdobramentos. Trata-se de buscar respostas para o desafio apresentado pelo escritor modernista Mário de Andrade (1893-1945), criador da “narrativa-rapsódia” brasileira *Macunaíma* (1928)¹, na qual se desenvolve o chamado herói sem caráter. Noutras palavras, os processos comunicacionais da sociedade, seus suportes, atores, contextos, mensagens e dialogia social se encontram e disputam sentidos e destino na arena das mediações culturais. Portanto, nas disputas enfrentadas pelas culturas brasileiras, que Mário de Andrade abriu para a nossa modernidade problemática. A literatura brasileira, oral e escrita, tem sido o melhor suporte comunicacional para as leituras da palavra e do mundo brasileiros, tanto a prosa quanto a poética, incluída a vasta produção folclórica e folhetinesca. Em testemunho proferido no dia 10 de julho de 2009, no Festival de Cinema Latino-Americano do Memorial da América Latina, São Paulo, Nelson Pereira dos Santos, diretor de filmes conhecidos internacionalmente, como *Memórias do Cárcere*, *Rio Quarenta Graus* e *El Justicero*, disse que na literatura brasileira aprendeu história, geografia e sociologia. Ocorre que essa criação dramatiza e comunica uma sociedade criada e desenvolvida de cima para baixo (no dizer do educador Paulo Freire), que se moderniza em gestão tecnológica e aparato de legalidade, mas mantém estruturas arcaicas, tais como nas relações de trabalho e na formulação de políticas de serviço público. A sociedade brasileira é uma das campeãs mundiais no uso dos aparelhos celulares e também na manutenção do sistema de violência cotidiana contra mulheres, adolescentes e crianças. No entanto, a partir do interior da base social, a despeito de todos os empecilhos econômicos e políticos, criam-se e se desenvolvem experiências extraordinárias, étnicas, estéticas e políticas, sinais evidentes da saída daquela “ninguendade” de que falou o sociólogo Darcy Ribeiro (1922-1997), com vistas à “invenção do Brasil que queremos”. Os confrontos entre comunidades cívicas da base social e o sistema de modernização elitista passam pelo fio da navalha. Ainda é patente, neste país emergente, componente dos Brics, que todos os intercâmbios culturais/comunicacionais são insuficientes para superar os males do colonialismo e da república positivista, os quais são, grosso modo, projetados nas diversas faces da iniquidade social. O Brasil ainda tem 30 milhões de miseráveis e

¹ Como se sabe, a famosa rapsódia de Mario de Andrade (1928), fundamento da criação modernista, apresenta as vicissitudes do herói recalcado e descaracterizado, que se muda, traveste e bandeia de e para diversas situações e condições. Essa dinâmica da não-identidade evidencia a própria crítica social do lúcido líder do Modernismo brasileiro, que buscou levantar, analisar e interpretar as falas e os gestos dos homens e mulheres que compunham as culturas populares do Brasil. No fundo, busca de identificações, valorização de excluídos.

quantia similar de analfabetos funcionais, no universo de 190 milhões de habitantes. Entende-se, pois, a crise do pensamento sensível à mudança sócio-política, que sempre medrou e se desenvolveu no Brasil. Por exemplo, a reflexão madura e quase dolorosa do mesmo Mário de Andrade, em famosa conferência-avaliação de 1942, três anos antes de sua morte. Naquele momento, ele lamentou que a sua geração não tenha sido, politicamente, radical. O estouro estético modernista deveria ter sido libertador, mais próximo das gentes e menos dos salões. De fato, o estouro modernista não trouxe libertação, porque não produziu comunicação, não tornou comum o campo humano e material da cultura às gestões concretas da vida social, da realidade econômica e das criações do povo. O Modernismo começou a dissecar a categoria povo, buscou entendê-lo, mas também em parte mirou-o condicionado pelo conflito de classes sociais, perdendo referências para a melhor avaliação da realidade e sentidos para a maior identidade política. Resultou, ainda outra vez, um pensamento ao estilo do Macunaíma. Como escreveu Cruz Costa (1967) em obra básica sobre a história das idéias no Brasil, “apesar de progressos de consciência em nosso país, nosso pensamento ainda lembra muito a figura curiosa daquele que se farta de todas as comidas, de todas as frutas, canta todas as canções, louva todas as mulheres e dança qualquer ritmo. Macunaíma é um herdeiro ladino, mas ignorante de todas as culturas, de todos os instintos.”

Coulanges (2003:353), cita Tucídides para informar que o formalismo democrático não se organiza de modo “que os pobres tenham seu amparo e os ricos um freio”. No caso brasileiro, a democracia formal organizou-se como simulação, como processo claramente não-comunicativo, resultando daí contradições básicas, sentidas e vividas em cada leitura de jornal, na sucessão de governantes, nas relações entre pessoas e organizações. Deste modo, entende-se melhor a análise de críticos que trataram do tema, entre os quais Ianni (1992), Fernandes (1981) e Furtado (1974-1984). Em seus vários textos e falas, eles mostraram, fartamente, que as elites dirigentes de processos de decisão foram competentes para produzir modernizações de meios de produção, visões diagnósticas amplas do caminho histórico do Brasil e propostas de inserção nos quadros internacionais, mas não criaram o desejo mínimo de colocar o país no caminho que vai, lembrando o Grande Sertão:Veredas, até o rabo da palavra da democracia, o que equivaleria a gestões eqüitativas e justas da res publica. Aí se teria o início de um processo de construção de identidade política, rota de fuga da condição macunaímica.

Evidentemente, essa postura macro-política tem implicações severas para a criação, veiculação e fruição dos bens materiais e imateriais carregados de símbolos e valores. Tem também implicações para os criadores e seus instrumentos de comunicação, expressão e análise da experiência. Do mesmo modo, para os gestores e suas políticas. A primeira, e dramática contradição, é o uso corrente da estrutura lingüística herdada na estrutura da simulação, tendo em vista um projeto novo de relações democráticas. Quando as gestões dos bens comuns se transformam em planilha de atividades, e

quando participação se faz cartório de campanhas, favores e cooptações, embrenha-se a polis e suas organizações no pleno simulacro. Considere-se, também, que as elites modernizaram instrumentos e processos tecnológicos, mas não a favor de todas as pessoas; em decorrência, análises mais rigorosas sempre podem desconstruir os arcabouços de simulações da democracia. Estas, ao não tornarem comuns e, portanto, transparentes, os direitos das pessoas (tratadas como agregadas e não como cidadãs) e por não serem submetidas a avaliação e controle, mantiveram-se e se mantêm conservadoras, retrógradas. Em muitos pontos de seu sistema, a república elitista ainda esconde do povo seu sistema de privilégios, mas comunica amplificadamente seus espetáculos de simulações. Como reforço mitificador, continua-se a destacar o que é substantivo da cultura, pelo viés da tradição de elite, tornando-se opaco o que é adjetivo, circunstância modificadora. Noutras palavras, destaca-se a performance, o desempenho, a criação do gênio, o brilho, o sucesso e a aprovação social – o que implicou quase sempre investimento econômico seletivo e privilegiado - enquanto se nega o questionamento, a ação cotidiana e anônima, o compromisso com as majorias e as alternativas de poder social. Existe afoiteza para nominar (dar nome é dominar) e não para explicar, delimitar, qualificar de modo transparente. Uma atitude adjetiva em cultura política seria espaço para avaliação social, não somente dos atos comumente denominados de culturais, como, e principalmente, a partir da cultura pensar e interpretar a cultura política dos gestores da sociedade civil. Significaria, pois, um efetivo pensar comunicacional, uma atitude de tornar comum para entender, compreender e buscar soluções de melhor qualidade e amplitude. Ao contrário, combina-se um vezo romântico com uma postura pragmática. Um movimento construtor de uma agenda de nação seria, em si mesmo, um salto em nova direção. A experiência histórica – como diria Walter Benjamin - não dá razão a essa estranha combinação romântico-pragmática, visto que se conhece desde o tempo literário Barroco até o último jovem poeta ou grafiteiro o esforço em destacar o adjetivo, a circunstância, o que se agrega ao nome para rever, questionar o que é canônico e socialmente aprovado. Para tornar comum o que se teima em canonizar, dogmatizar. Do poeta Gregório de Matos, barroco baiano, a *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, e aos muros das cidades a adjetivação, às vezes a circunstância marginal tem funcionado como tentativa de avaliar para além das normas dos poderes, para além das estratégias das elites. Como lemos em poemas paradigmáticos, como *Mãos Dadas* e *Os ombros suportam o mundo*, de Carlos Drummond de Andrade, busca-se fazer ver que a obsessão em torno das substâncias desliza para a construção de metáforas repetitivas, belas, mas que funcionam como pílulas douradas, perpetuando modos de ser e fazer cultura. Quem viu a grafiteagem realizada em algumas ruas e praças da cidade de São Paulo por ocasião dos seus 450 anos (ano de 2004), a despeito da encomenda oficial, acompanhou a intervenção do detalhamento e da coloração exótico-marginais, representações das majorias caladas, comunicação que provoca necessárias rupturas e exige novas leituras. Mesmo quem acompanha

os esforços denominados de “inclusão digital” ou trabalha pela democratização das novas tecnologias encontra a cada passo a revelação de políticas de direitos sociais no quadro amplo das necessidades e desejos transversalizados pelas culturas populares em sua diversidade. As disputas de símbolos e identificações sociais fazem-se sob intensa tensão. Este país, ao ser construído e lido a partir de amplo processo de educação social e invenção política, leit motiv das obras de Paulo Freire e Darcy Ribeiro, ainda terá de deslocar o foco dos sentidos substantivos da cultura, criação antiga das elites, para fazê-la valor comunicativo de todas as circunstâncias do modo de fazer democracia, ou fazer história no Brasil. Um processo sócio-político atravessado pelo olhar das culturas plurais do país não poderá mais esconder-se nas simulações de seu patrimônio, de sua museologia, seus gênios culturais e suas performances. O atravessamento comunicacional do que foi escondido pela seleção econômica e pelos discursos de elites constituir-se-á em narrativas de muitas outras vozes e gestos do país plural. Ato contínuo, surgirão instrumentos de avaliação, de análise e interpretação dos modos de direção da sociedade. Eles ajudarão a desmitologizar a combinação romântico-pragmática, sugerindo pois um ponto de partida para as novas políticas. Aliás, uma leitura da história cultural do país lembra que a medida da construção da democracia exige a melhor leitura do vivido, do marginal, do sofrido, do que sugere a mudança, como no caso dos homens e mulheres adultos que se alfabetizam e passam a elaborar novos códigos de comunicação e disputa simbólica na sociedade, bem além da oralidade e dos gestos mitigados. A literatura (Grande Sertão:Veredas, de João Guimarães Rosa e Viva o Povo Brasileiro, de João Ubaldo Ribeiro), o teatro (Arena conta Zumbi, Vento Forte para Papagaio Subir) e o cinema do Brasil (Eles não usam blacktie, Bye, Bye Brasil) para citar poucos, sugerem analogia entre o estético e o estratégico. A proposta vem desde Luiz de Camões e António Vieira, mas também compõe este tempo tecnológico em sua face sensível, a qual altera profundamente as relações de comunicação e questiona conformismos.

Sugere-se, pois, a construção de um pensamento a partir de 3 metonímias. Não metáforas, porque não se encontra nessas narrativas de comunicações sociais uma comutação totalizadora (as metáforas no neoliberalismo se tornaram totalitárias, míticas, todas a favor do capital, para lembrar Roland Barthes). Em vez do que é substituível, busca-se o que é parte, detalhe, esforço em ser mais sendo menos, ser uma integralidade sendo pedaço, ser solidariedade sendo somente uma ação experimental. A experiência comunicacional narrada, ou descrita, busca seu próprio desdobramento na consciência crítica do país e, neste sentido, faz-se agenda a mirar o que busca ser comum. O lugar da comunicação excede o fazer especializado da comunicação, o conhecimento tradicional dos processos comunicacionais e mesmo os lugares admitidos como locus da comunicação. De fato, aqui tais lugares são aqueles das disputas mediadoras realizadas pelas culturas e suas políticas, especialmente quando visam mudar os sentidos tradicionais do que se denominou chamar de progresso e desenvolvimento do país. Na possível solidariedade da experiência

metonímica (entendida como comunicação) já se busca responder ao desejo de radicalidade e de mudança sugerida por Mário de Andrade em 1942.

Metonímia 1: (re)fazer a cidade comunicando nova cultura política

Desde 2001 está em vigor no Brasil a lei federal denominada Estatuto das Cidades, que regulamenta artigos da Constituição Federal de 1988 e orienta o desenvolvimento urbano, bem como estimula à participação social. No entanto, num país de inúmeras leis inócuas e inúteis, também esta poderia ser letra-morta. Mas o movimento social a descobriu como processo de comunicação do destino da cidade brasileira e, a partir dali, desdobram-se agendas cívicas. Até porque 83,5% da população brasileira vivem em cidades. Às convocatórias das conferências de cidades nos vários níveis, entre 2003 e 2005, houve respostas de todos os 27 Estados da Federação e não menos de 3.000 das 5.564 cidades brasileiras. Evidentemente algumas tiveram participação meramente burocrática, mas cerca de 1.600 cidades construíram conferências locais e tomaram parte das conferências regionais e/ou estaduais, o que significou a média de 2.500 representantes em cada conferência. Essa representação ficou em 20% do total para os movimentos sociais e populares e percentagem semelhante para os poderes públicos, executivo e legislativo. Os demais percentuais se dividiram entre concessionários privados dos governos, entidades sindicais, instituições universitárias, organizações não-governamentais e órgãos de pesquisa (cerca de 10%), empresários. Ambas as conferências nacionais foram realizadas em Brasília, DF. A conferência de 2003, também nas várias instâncias de realização, debateu o tema: Cidade para Todos. Construindo uma política democrática e integrada para as Cidades, Já a de 2005 enfocou a construção do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano por meio de 4 temas: Participação e Controle Social, Questão Federativa, Política Urbana Metropolitana e Financiamento ao Desenvolvimento da Cidade. Antes e durante as conferências foram indicados representantes que compuseram o Conselho Nacional de Cidades, órgão assessor do Ministério das Cidades, em 2003 com 71 membros e em 2005 composto por 86 pessoas com mandato de 2 anos. Hoje há certa desativação da experiência, em razão das novas escolhas políticas e da composição partidária do governo central. No entanto, a agenda se move. O fenômeno foi o mais candente processo cultural das últimas décadas na vida urbana e sinal evidente da capacidade de comunicação a serviço do bem comum.

Na construção dos textos das Conferências de Cidades, programas de habitação, transporte público, uso do solo urbano e saneamento da cidade se transformam em chaves de ação cultural e de comunicação comunitária, passando a traduzir novos insumos e valores para conteúdos e métodos de política específica de cultura. Essa nova gramática do poder na sociedade cria ênfases em quatro campos de sentidos, ou conjuntos de sintagmas transversais, a saber: I. *Escolhas e decisões reordenadas*

pelo acúmulo e liberação de memória; II. Compartilhamento crítico ou a metonímia desconfiada; III. Representação social direta; IV. Participação como nova semântica da gestão da cidade.

I. Escolhas e decisões pelo acúmulo e liberação de memória reprimida

I.1. Nos termos das conferências, a construção da casa digna financiada publicamente e as ações em saneamento ambiental são definidas pela comunidade, que consideram a geografia e a história locais em sua implantação, revertendo pois a tradição de benefício seletivo e imposição de vontades do governante e do proprietário ao espaço ecológico.

I.2. A economia não é mais a gramática-tabu que define tudo pelo seu valor intrínseco, mas é bem público que se garante na realização de serviços públicos de qualidade.

I.3. A cidade não é um todo indiferenciado, mas uma rede de instituições com projetos diversos e alguns espaços comuns de negociação, quer sejam setores de produção de bens, escolas e academias, organizações não-governamentais de terceiro setor, associações profissionais, concessionárias de serviço público, movimentos sociais.

I.4. A negação do clientelismo se faz pelo surgimento da governança consorcial e esta deve enfatizar o desenvolvimento regional endógeno.

I.5. Ao mesmo tempo, as diversas políticas devem ser integradas, horizontal e verticalmente, bem como as gestões locais e regionais.

I.6. A modernização social se define por dois valores: o acesso e a comunicação. Eles substituem o todo-poderoso planejamento econômico (forjado pelo seu competente saber) e conseqüentemente invertem o modo usual de conhecer a modernidade do país. O acesso continuado e crescente dos excluídos (que define um processo de comunicação) faz-se valor inegociável da modernização inclusiva.

I.7. Todas as políticas públicas devem ser submetidas a rigorosa avaliação e fiscalização por parte da sociedade.

I.8. A Universidade seria estimulada a participar, especialmente no processo de formação de gestores e lideranças da sociedade. Observa-se que toda a linguagem em torno da Universidade livra-a de maiores exigências e preserva sua autonomia, ou mantém o espaço da educação como lugar de algum modo sacralizado.

I.9. Quaisquer propostas alternativas para a habitação de baixo custo nascerão do interior da cultura local das populações e visarão a capacidade de produção em escala, a fim de atender a maior demanda possível.

I.10. Os projetos de educação popular encontrados na reflexão proposta por Paulo Freire estão na base de propostas como “ a afirmação da autonomia dos sujeitos sociais, a realizar-se no processo contínuo de discussão...”

I.11. Uma proposta de gênero, no caso masculino: que haja paridade entre homens e mulheres no Conselho Nacional de Cidades. De fato, a presença feminina nas conferências chega a 70% e a paridade reflete a inversão histórica da hegemonia masculina. No entanto, na prática representa uma concessão das mulheres, que poderiam reivindicar hegemonia e superioridade numérica.

I.12. A sociedade civil deve ter 60% das cadeiras em todos os conselhos, do municipal ao nacional, ficando o poder público com 40% dos lugares.

I.13. A política de comunicação do ministério das cidades e do governo como um todo será construída no interior dos princípios da transparência e do direito social à informação. Velhas e novas tecnologias precisam alinhar-se a princípios e não somente a determinações do capital travestidas de suposto determinismo tecnológico.

I.14. A realidade econômica é aceita, enquanto não se pode mudá-la, visto que os discursos e textos enfatizam a construção de políticas para quem ganha até 3 salários mínimos (cerca de 650 dólares, 500 euros) por mês e não se exige o aumento do mínimo, que não mais se submete à inflação.

I.15. A diversidade social é valor que não se compromete com a desigualdade e muito menos a causa. Ao contrário, a diversidade amplia vozes críticas ao sistema de poder que organiza e sustenta a desigualdade.

I.16. Populações quilombolas, indígenas e ribeirinhas precisam garantir a titularidade sobre suas terras e serem apoiadas em sua ação cultural, de que deriva a sua economia, quer no artesanato, na agricultura, na vida familiar, pesca, saneamento, educação e escoamento da produção.

I.17. Todo o saber burocrático deve submeter-se aos princípios da visibilidade, da acessibilidade, da comunicação e da economia solidária.

I.18. O Capitalismo deve ser mitigado pela diminuição dos “atravessadores” que corrompem e tornam desumanas as leis de mercado.

I.19. Toda a ação pública deve ser respeitosa à Agenda 21 da ONU.

I.20. O Estado deve ser fortalecido na medida em que ele se converte à prática de outro projeto social e econômico como o proposto nas Conferências.

II. Compartilhamento crítico, ou a metonímia desconfiada

II.1. Reverter o quadro histórico do país: em vez de enfatizar os diagnósticos, concentrar esforços na gestão e na avaliação dos processos.

II.2. Ainda antes de se construir Planos Diretores Participativos, as cidades podem construir operações consensadas sobre zoneamento e ocupação, basta que atendam à diretriz do controle social.

II.3. Os sistemas de informação governamental devem ser acessíveis a qualquer cidadão. Neles estariam presentes todos os dados da gestão, de modo visível e preferentemente integrados por blocos de políticas.

II.4. No tempo da globalização, carece-se de afirmar a importância do local e da comunidade, indispensáveis para compreender a própria globalidade. Trata-se de antiga tendência cultural, fartamente presente na literatura e na poética do país.

II.5. Os agentes, especialmente financeiros, devem ser controlados e fiscalizados pela sociedade organizada, por meio de mecanismos continuamente atualizados. Evidentemente, tal profecia não foi considerada, se vista à luz da crise especulativa iniciada em 2008.

II.6. O investimento a favor dos bens e políticas públicos deve superar todos os contingenciamentos econômicos e monetários feitos pelos governos.

II.7. As organizações sociais não representam toda a população. Esta é maior do que aquela e as organizações devem prestar contas à população.

II.8. Os poderes públicos têm a obrigação de dividir o poder com a sociedade.

II.9. Todas as políticas públicas precisam ser experimentadas no nível da governança intermunicipal.

II.10. A execução de ações ao nível da micro-economia deve buscar atingir a macroeconomia do país. Por exemplo a proposta formulada pelo Fórum Urbano Mundial de retirada dos investimentos em habitação e infra-estrutura do cálculo de superávit primário dos orçamentos governamentais.

III. Representação direta e questionamento da atual forma de representação

III.1. Propõe-se a criação de uma cultura do direito universal aos bens e serviços.

III.2. O acesso ao sistema de comunicação e ao patrimônio natural e cultural cria nova referência na autonomia dos grupos da população.

III.3. O governo da federação precisa passar a ser exercido pela democracia participativa, a partir de acordos em que os movimentos sociais locais e regionais sejam parceiros.

III.4. Palavras e conceitos de baixa presença nesse cenário: vereadores, deputados, senadores. Quando surge a denominação, entende-se como membros de câmaras e assembléias, conceito que vai além dos próprios representantes eleitos.

III.5. O Conselho Nacional de Cidades tem caráter deliberativo, permanente e fiscalizador.

III.6. Conceitua-se parceria como negociação transparente, que destaca o interesse público e sob controle popular.

IV. Participação cívica como nova semântica da gestão urbana

IV.1. O direito a uma casa digna implica o direito de participar da arquitetura da mesma, ao lado dos técnicos.

IV.2. Participar deixa de ser conquista para ser premissa central do governo da cidade, fundamentada no direito à informação.

IV.3. Todos os atos de modernização das instituições urbanas incluem diferentes atores da cidade e seus diferentes saberes.

IV.4. Não basta inverter prioridades na gestão urbana. Carece estabelecer novos símbolos, como por exemplo a prioridade explícita de planos e políticas aos setores sociais de baixa renda.

IV.5. É necessário superar e subverter o trabalho tradicional do governo legal existente por meio de cooperativas e associações comunitárias de autogestão, que passam a concorrer na implementação e avaliação de políticas públicas.

IV.6. Toda a gestão pública participativa deve prover atividades que vão da formulação do projeto ao trabalho final. Todo o processo de participação se associa ao de controle social.

Em busca da refundação republicana

Por que e como se constrói aqui uma nova gramática cultural que, ao comunicar-se como necessidade, reconstrói o ser da cultura, não em obediência aos paradigmas tradicionais de poder mas sim por acúmulo de sintagmas transversais?

A análise e interpretação das Resoluções das Conferências de 2003 e 2005, cerca de 60 páginas, a par da memória do processo de trabalho, não deixam dúvidas de que se está no rumo - inseguro ainda - da construção simbólica da cidade desejada e que a cultura em movimento de acúmulo é estruturadora das necessidades sociais. De fato, esse movimento inter-grupal é um programa político de refundação republicana, visto que nega a antes exclusiva racionalidade técnica e introduz modos, desenhos, temas e métodos impensáveis noutros planejamentos burocráticos. Portanto, uma ação política que pode levar a efetivas políticas urbanas. O tratamento coletivo da infraestrutura urbana faz confluir as mediações necessárias entre a matéria tratada e uma ética correspondente, entre imaginação e fato, economia e bem-estar, discurso sobre direitos e direito a discursos. Portanto, uma nova mediação cultural. Acima de tudo,

como diria Paulo Freire, define-se um saber consciente e crítico, que opera valores coletivos e se educa no fazer político-cultural. Cria-se, pois, um mapa de ênfases culturais no interior de políticas que ainda não tinham apresentado qualquer coesão social na história republicana e que, portanto, eram trabalhadas pelo clientelismo, pela administração personalista, pela representação formalista e pelas centralizações de poder. Ademais, a negociação ocorrida nas conferências assume alguns consensos submetidos a controles sociais, negando, pois, antigas imposições falsamente consensuais, como foram certas políticas desenvolvimentistas e planos econômicos. Ocorre que, em consequência, no tratamento específico das políticas voltadas a necessidades básicas das maiorias consolidam-se sentidos de cultura e comunicação resultantes do trabalho coletivo. Formadas por uma maioria de grupos sociais periféricos, essas representações sociais conferem à comunicação (sem explicitá-las por escrito) o sentido de *acesso aos direitos sociais* e à cultura o *cultivo da diversidade*. Portanto, comunicar e exercer a cultura são valores indissociáveis e verbos-chave da nova gramática social que nasce das práticas sociais e dos textos. Acesso a direitos não é instrumentalidade, mas sim condição de cidadania. Cultivo de diversidade significa o movimento liberado de saberes. Nessa perspectiva, não basta que dirigentes políticos enunciem programas de ação e ostentem seu paradigma racional, técnico e economicamente poderoso. Eles devem comunicar-se vertical e horizontalmente e, portanto, criar referências integradoras de conjuntos de necessidades, bem como cultivar valores de continuidade, submissão à crítica pública e visibilidade. Não é suficiente o crédito para a compra da casa ou a feitura da rede de esgoto do bairro. O que se exige agora é conhecer a qualidade, o custo e o valor ecológico do sistema de saneamento e participar do desenho, da construção e da organização da moradia. A sociedade se encontra, pois, diante não somente de nova pragmática, mas também de novo processo epistemológico, trabalhado coletivamente. Pela ótica de cultura inovadora, comunica-se a busca de perenidade do bem público e comunitário, o que exige a estetização dos atos de planejar, executar e avaliar a política. Diria Hannah Arendt que se trata de fazer um fenômeno da vida tornar-se fenômeno do mundo, capaz, portanto, de superar a cotidianidade.

As relações entre os quatro campos semânticos sugeridos pelas Conferências de Cidades reconhecem a história vivida e propõem sua subversão. A memória acumulada redefine, sob intenso processo de comunicação, a economia e a cidade, situa as organizações como parte de um continente soberano, que é a população, afirma valores de gênero e etnia e elege a dialogicidade como o lugar da política. O educador Paulo Freire gostaria de estar vivendo essa experiência. Em seguida, essa memória dialógica nega qualquer metaforização ou similaridade com o modo costumeiro de exercício do poder no país. Como sintagma que transversaliza os vários aspectos das políticas trabalhadas, ser metonímia desconfiada implica partilhar criticamente da governança. Superar diagnósticos sem avaliação, negar o fascínio das relações globais, afirmar que investimento público é valor de alta agregação (com o que concordaria

o prêmio Nobel Amartya Sen) e construir controles sociais amplamente públicos. Assim também, não há mais lugar para a representação social vicária. Os atos legais e as deliberações políticas fundamentais precisam submeter-se a modos diretos de decisão, referendos, plebiscitos e pleitos afins. Repensar, pois, a democracia vigente. Em conseqüência, certos valores e referências migram das políticas infra-estruturais trabalhadas pelas Conferências para a construção de políticas específicas de bem comum. Tais valores e referências constroem premissas, conteúdos e metodologias. Sua leitura pode ajudar na formulação de um modo de construir políticas que ainda não se conhece, isto é, a partir do diálogo tido e havido na transversalidade da infra-estrutura construída no debate político das populações. Seguem-se algumas premissas e conteúdos, bem como sua conseqüente metodologia.

Premissas e conteúdos para as políticas e direitos cívicos na nova cidade

1. O direito à cultura é indissociável do direito à cidade e, portanto, contínua e crescentemente tornado comum às populações.
2. A universalização do bem público ganha força no reconhecimento e na legitimação do local.
3. A promoção da igualdade se dá na construção de ações específicas para os diversos grupos sociais, no reconhecimento da multiculturalidade.
4. As culturas grupais e comunitárias associam-se às universitárias, profissionais e produtoras de bens e serviços.
5. Quaisquer políticas devem considerar vocações territoriais e históricas.
6. Busca-se a identidade transcultural brasileira.
7. A integração das políticas urbanas começa pela estreita associação entre os atos de planejar e de participar diretamente.
8. O governo burocrático deve ser subvertido por formas cooperativas e de autogestão.
9. O tempo globalizante também é o tempo de máxima afirmação do local e sua capacidade de comunicação.
10. A habitação popular não pode ser desenvolvida se não se considera a cultura local e as possibilidades de construção de alternativas, quer nos meios, quer nos bens de produção.
11. O incremento de políticas deve considerar a reversão do quadro histórico de privilégios sobre espaços, financiamento, metodologia de relações de trabalho e de discursos sociais.

12. Um intenso trabalho de controle social sobre agentes distribuidores de recursos, receptores, produtores e divulgadores é indispensável.

Metodologia de implementação

1. As políticas urbanas serão organizadas como direito cultural, como patrimônio público de inclusão e diferenciação.
2. Assumidos em sua diversidade e autonomia, diferentes atores são indispensáveis como articuladores de políticas.
3. Qualquer cidadão/cidadã deve ter acesso às informações sobre a governança local, regional, nacional.
4. A transformação das necessidades em demandas requer respeito à geografia e história local, requer o diálogo social, a precisão da demanda e o acompanhamento pleno da consecução da política decorrente.

Reflexão à Metonímia 1

Os movimentos sociais e as vozes vindas do interior do teatro, do cinema e da literatura sempre anunciaram que tais políticas seriam urdidadas no diálogo transversal das necessidades e desejos sociais, pois ali sempre foi o lugar da construção simbólica. Deste modo, o próprio fazer político, quando teve direito de se constituir um conjunto orgânico de sintagmas, associou-se a certos paradigmas compostos de memória, espírito crítico, direito de participação e reconstruiu sentidos, bem como formou novos e abertos paradigmas, porque neles cabem novos atores e movimentos da sociedade. Esse processo comunicacional organizou-se como acesso a direitos sociais e buscou tornar comum o cultivo das diferenças e dos diferentes, que trabalham para encontrar possíveis consensos a favor das maiorias reprimidas na história do país. Nas Conferências de Cidades de 2003 e 2005, cultura e comunicação revelam-se e demonstram ser centralidade na res publica de afirmação democrática, agenda a princípio permanente para o país francamente desigual em direitos e oportunidades.

Metonímia 2: as ausências presentes na mídia e os desafios à educação social.

Nas operações das Conferências, a educação revelou-se espaço mais ou menos sagrado. Criticados seus suportes escolares, no entanto os educadores de vários níveis foram valorizados como retaguarda moral e vanguarda na construção e no desenvolvimento das novas gerações e da nova sociedade. No entanto, há um estudo inquietante, em cujo interior revelam-se agendas desafiadoras para o país. Uma pesquisa conduzida durante todo o ano de 2004 pela Agência de Notícias dos

Direitos da Infância (ANDI) e pelo Ministério da Educação (MEC) do Brasil, com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) analisou como se dá a abordagem das questões relacionadas à Educação na Imprensa brasileira. Assim, evidenciou as discussões que estão sendo agendadas na sociedade e no governo e apontou os avanços e lacunas nessa cobertura. Realizada a leitura transversal sobre 5.362 textos de 57 jornais brasileiros, pôde-se comprovar que definitivamente a Educação ganhou a pauta da imprensa em todos os estados brasileiros. Nos últimos anos, a Educação é a questão social mais focalizada pelo jornalismo impresso nacional, com significativa influência sobre as demais mídias. O fato de a imprensa reconhecer que abrir espaço para este tema é algo central para o País deve ser sublinhado como um enorme avanço na estratégia editorial das redações a partir do final do século XX. Há, entretanto, a necessidade de ir além desta importante inclusão na agenda midiática.

O estudo quali-quantitativo de 5.362 textos jornalísticos dos principais jornais brasileiros, que abordaram a Educação como tema principal ou secundário, mostrou que dois terços deles efetivamente tiveram a educação como eixo e não como mero *pretexto*. Isso significa que nos 27 Estados da federação brasileira (incluído o Distrito Federal, onde se localiza Brasília) a Educação passou a ser uma das principais agendas dessa mídia. No entanto, os textos destacam mais os fatos e não a análise dos fatos. E no universo dos fatos, a educação foi destacada como agregado econômico e muito pouco como lugar de crescimento do ser ou campo de ampliação da esfera pública, da cidadania e da humanidade. 70% dos textos fizeram a cobertura da educação formal e realizaram poucas conexões com outras políticas públicas, como habitação, saneamento, saúde, serviço social. Ainda é raro encontrar um jornalista brasileiro que tenha clareza teórica e metodológica sobre a integração de políticas públicas, ou uma visão holística da educação e da cultura no interior da sociedade. Somente 30% dos textos criaram relações temáticas em torno da educação e mesmo nesse universo algumas vezes a educação era trabalhada tangencialmente, marginalmente.

Na pesquisa realizada, vê-se grande ausência da família. Os textos preferem tratar da educação formal, pública e situam todo o processo educacional como um problema de infra-estrutura física e de direito ao acesso, que se realiza entre o Estado, os educandos e os educadores. Situam-se marginalmente a família e a comunidade cívica. Mesmo as cidades e as micro-regiões são pouco destacadas, preferindo-se abordar a educação diretamente oferecida pelos Estados e pela União (Governo Central). Cabe lembrar que o sistema educacional brasileiro, além de ser centralizado e centralizador, é algo confuso na relação entre as instâncias de poder. A partir desse quadro, a maioria dos jornalistas escolhe os temas que mais lhe interessam e sobre o qual eles têm algum conhecimento. A respeito disso, cabe observar que jamais houve um efetivo diálogo entre as escolas de jornalismo e de educação ou pedagogia. Contemporaneamente, a ANDI, promotora da pesquisa, procura criar conversações entre jornalistas e educadores por diversos meios.

Poucas foram as matérias que se aprofundaram em todo o processo educacional: objetivos, metodologia, fundamentos, cidadania. Temas ligados à carência física das escolas, à falta de inovação tecnológica, ao acesso, à aprovação e reprovação foram preferidos. Quanto ao ensino universitário, o grande tema foi o acesso, as provas, as cotas étnicas. Prova disso é que a maioria dos textos jornalísticos tratou de educação superior pela ótica quantitativa. Foram raros os textos (1,8%) sobre alfabetização e educação de adultos, somente 7% trataram do ensino médio e profissional e não mais de 9% consideraram o ensino de crianças e adolescentes. Convém lembrar que no Brasil cerca de 70% da educação universitária está nas mãos de organizações privadas e confessionais, enquanto dá-se o contrário nos níveis fundamental e médio, com predominância de investimento público. Do mesmo modo, sabe-se que nos últimos trinta anos tem-se ampliado sistematicamente a entrada de jovens para a educação superior e ser bacharel ou licenciado é um valor altíssimo, que por sua vez diminui a importância do nível médio de instrução, de modo geral ainda medíocre. Talvez esse seja um dos piores defeitos da educação brasileira, herança do elitismo de nossa história.

O fenômeno ganha coerência quando constatamos a quase inexistência de abordagem da educação para os deficientes, educação indígena e educação rural. Juntas perfazem 4% da mostra pesquisada, contra 33,4% de espaço para a educação superior, incluída a pós-graduação, que passa a ser grande assunto da mídia e espaço de disputa de empresas internacionais de ensino universitário, americanas e européias.

Tão grave quanto esse fato é constatar que um dos eixos das políticas educacionais, a formação do professor e da professora, está presente em somente 0,4% dos textos. A formação contínua dos educadores é tema somente ocasional, bem como a qualidade da educação que se pode garantir a partir da valorização contínua dos educadores. A cobertura jornalística consegue ver que Educação tem importância para a economia e o desenvolvimento, mas não consegue perscrutar o sentido maior do progresso humano e muito menos uma teleologia, um sentido de futuro livre e autônomo como obra da educação. Por isso, países como Chile e Coréia são sempre citados como projetos de educação que aceleraram o desenvolvimento econômico.

Como se vê, a consciência crítica da literatura, o trabalho solitário de pais e mães, a tradição de lutas pela educação e o esforço por construir e comunicar nova cultura política ainda tem agenda cheia de trabalhos. As presenças ausentes da pesquisa ressaltam a agenda, também permanente.

A grande presença de temas educacionais na imprensa brasileira dos últimos anos deve-se mais aos assuntos que relacionam educação e crescimento econômico, educação e acesso a níveis superiores de instrução, educação e conflito social. A juventude já instruída e as multidões curiosas com o espetáculo da violência cotidiana são os leitores privilegiados.

Os grandes grupos populacionais das periferias suburbanas e rurais, de baixa ou nenhuma instrução escolar, ao lado dos deficientes e indígenas, não se constituem tema relevante na pauta jornalística. Nesse sentido, as pautas jornalísticas seguem as linhas tradicionais do elitismo republicano.

Cabe observar que a juventude negra emergente é tema relevante por obra das leis e normas governamentais que estabelecem privilégios e cotas mínimas para a sua inserção no ensino universitário, quer nas universidades públicas, quer nas privadas. Tais leis são o resultado de antiga e dolorosa luta dos movimentos negros do país.

O jornalismo contemporâneo, ao tratar de educação, não demonstra capacidade de pesquisa, estudo, aprofundamento. A maior parte de sua cobertura é feita virtualmente, com pouca presença, confronto de opiniões e repercussões *in loco*.

Reflexão em torno da metonímia 2

As estatísticas brasileiras dizem que existe escolarização infantil de 96% em todo o território nacional e analfabetismo básico de 14% entre jovens e adultos. O tempo de estudo médio do brasileiro é de 6 anos. Os analfabetismos tecnológico, imagético, de seleção de empregos e escritura apropriada da morfossintaxe se multiplicam. De modo geral, nos índices internacionais de virtudes e carências educacionais, o Brasil se situa próximo do número 80 no contexto de 120 países pesquisados. Mais que isso, âmbitos da ação educativa e marcas de qualidade continuam desguarnecidos, portanto itens fundamentais da agenda permanente.

Jacques Delors, ao introduzir o Relatório da UNESCO sobre a Educação para o século XXI afirmou que a educação será a continuidade civilizatória na qual se eleva um grito de amor à infância e à juventude. Do mesmo modo, a Federação Internacional de Jornalistas, em sua Conferência de maio de 1998, propôs algo radical: transversalizar a ótica dos direitos humanos das crianças e adolescente aos lugares da apuração dos fatos, sua organização lingüístico-imagética e sua veiculação. Portanto, a conexão entre essas posturas e pensamentos propõe uma Educação aberta, plural, reformada e reformadora, inovadora e preservadora, como se queira, mas animada pela atitude central de amor à infância e juventude. Tal projeto está apenas iniciado, porque embora haja consenso sobre a importância da educação, suas conseqüências na vida pessoal e social não são aprofundadas. No entanto, felizmente, muitos educadores e alguns comunicadores sociais crêem que esse grito deve ecoar e desdobrar-se em financiamento da qualidade educacional, implementada e avaliada por toda a sociedade, em novo olhar sobre multidões de marginalizados pela chamada modernização, em reconstrução do valor e dos sentidos do trabalho para os jovens, em superação dupla de déficits, quer de funções docentes, quer do exercício ético nos atos de ensinar-aprender. Aí, far-se-á presente um caminho para a educação social e, no seu interior, o respeito às diversidades. Ao mesmo tempo, o diálogo

em torno de consenso social a favor da justiça e da sustentação ecológico-social. Nesse movimento podem aproximar-se nossas agendas, nossas pautas e projetos de comunicação social, traduzidos em necessidades e desejos.

Metonímia 3: direitos comunicantes ao fio da navalha

Na virada do ano 2008, como parte das comemorações do 60º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República lançou uma obra intitulada: Brasil Direitos Humanos. 2008: a realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. O livro contém artigos, entrevistas e reportagens sobre os pontos centrais da declaração e suas relações com o país. Sua virtude principal consiste na apresentação dos fatos, das versões e do contraditório. Daí sua importância comunicacional, pois por ele se retorna à arena das disputas e os meios e suportes da política, da vida social e da economia devem curvar-se ao império das mediações, onde memórias, posições discursivas, esquecimentos, desejos e necessidades movem-se e esclarecem numa clara atitude anti-mitificadora dos fenômenos. Daí sua condição de agenda complexa, não-linear, que pode mover a consciência crítica do país por decênios. E tomara o faça, pois tais mediações evidenciam que esse universo de direitos se afasta da visão tradicional de assunto para poucos engajados e comprometidos para ser tema de todos os que disputam posturas e posições na sociedade a partir do seu conhecimento; enfim, tem a ver com o próprio destino dessa sociedade.

A obra, parcamente distribuída e conhecida (eis a questão!!), se divide em 4 partes e 16 capítulos. A parte 1 mostra os 30 artigos da Declaração de 10 de dezembro de 1948, algum debate sobre o esforço histórico em construir a institucionalidade dos DH no Brasil, as posições internacionais do país e o significado (com certeza limitado) das grandes convenções sobre o tema na vida cotidiana nacional. A informação não somente coloca a agenda substantiva, pois provoca o espanto de ler a Declaração e ver o quanto falta ao país avançar para a dignidade indispensável; prova disso é o discurso constitucional que nega a tortura e as conhecidas críticas recebidas pelo Brasil de organismos internacionais em função de sua repetida prática em cadeias e delegacias; além disso, a obra agenda melhor análise das posturas do poder central, especialmente como interlocutor internacional e como mediador do conflito no Haiti. Sobre a presença do país como parte da Minustah, Missão de Paz da ONU para o Haiti, cabe dizer que são raras e passageiras as notícias do sistema midiático brasileiro a respeito de supostas violações de direitos dos que lá estão precisamente para garanti-los. Evidentemente as autoridades do Itamarati afirmam a exigência ética de punição às infrações, mas a informação a respeito dilui-se, bem como o papel efetivo das tropas na construção do país caribenho. Como processo comunicacional, o fenômeno Haiti e seus fatos são a própria estranheza, um assunto distante do cotidiano brasileiro, que leva a certa pluralidade de posições macunaímicas a respeito. Porque

é importante como fato e como símbolo, é agenda permanente, pouco e mal tocada. Terá, também, de ser agenda, a posição internacional do país no tocante aos direitos das pessoas, em quaisquer lugares: serem universais, indivisíveis e interdependentes, negada qualquer hierarquização de direitos. Cabe lembrar, outra vez, Paulo Freire. Ele gostava de dizer que seu maior prazer seria quando, em uma assembléia popular, o cidadão ou a cidadã da última fila se levantasse e dissesse, em voz alta: “Senhoras e senhores, do ponto de vista epistemológico...” Isto é, o direito fundamental ao código culto, se o quisesse usar, quer como conquista, quer como operação a favor de uma posição precisa no universo da análise e da interpretação dos fenômenos da vida. A agenda deve supor que cada cidadão tenha informações sobre os direitos universais, indivisíveis e interdependentes, inclusive as crianças, os adolescentes e os aprisionados submetidos à guarda do Estado.

A parte 2 discute os direitos dos brasileiros e as desigualdades. Talvez o momento conceitualmente mais crítico da obra-agenda, porque toca na desigualdade distributiva, na segurança alimentar, no programa bolsa família, na vida dos moradores de rua, nas questões étnico-raciais, no movimento quilombola, na violência contra as mulheres e no tema do aborto. O grande dado econômico do país –que deve ser agenda para ensinar a otimização e o avanço– é que as pesquisas realizadas em 2008 mostram a redução da pobreza brasileira em 10,2 por cento. 20 milhões de pessoas menos pobres. Não se trata do fim da pobreza, mas, por ora, da ampliação do mercado popular, do direito à alimentação e da inserção no sistema produtivo dos plenamente excluídos. Nada demais, muito menos ufanista. Dados para a consciência da agenda do país. As entrevistas e reportagens, de muito boa qualidade, apresentam testemunhas do mundo rural e do mundo urbano. Fundamental é criar conexões (base para a solidariedade das metonímias) entre essa escapada parcial da miséria e a crescente violência contra mulheres, com alguma concentração em certos Estados, o aumento dos latifúndios e da produção predadora, dos quase eternos retornos à escravização de pessoas no mundo rural, ao espantoso “direito” dos grandes proprietários e seus representantes partidários na tentativa de desqualificar a luta dos afro-descendentes e sua posse de terras-quilombos em várias partes do país. Se já não bastassem todos os dados científicos que provam a precariedade do trabalho entre os negros, a alta incidência do analfabetismo e a fileira de preconceitos e exclusões. Enfim, um IDH – Índice de Desenvolvimento Humano– cindido, rompido entre classes e cores, o que coloca o país bem distante da dignidade institucional comparada. Mas a agenda deve considerar as lutas e conquistas, quer dos Quilombos, da entrada à escola, inclusive superior, quer da Universidade étnica, Zumbi dos Palmares, e do movimento cultural que propugna tanto novos gestos como nova linguagem de direitos. Na agenda dos direitos humanos e cívicos, a realidade vivida pelos afro-descendentes se torna metáfora do mundo do trabalho no Brasil e ensaja um pacto pela dignidade do trabalho e do trabalhador, pois tais valores têm-se conspurcados cotidianamente pela precariedade funcional, diminuição salarial, exigências de conhecimento sem retribuição e, até

mesmo, escravidão e violência no ato de trabalhar. O espírito colonial se diz presente. Outro dado fundamental da agenda é dado pela nova responsabilidade das mulheres na direção da família, já na casa de 33% dos que exercem esse papel. Na outra ponta do dado, os baixos salários, a falta gritante de educação infantil (entre 0 e 6 anos) e o sofrimento pela violência machista. Carece dizer que no Brasil os direitos comunicantes não se expressam por si, sequer estão “dados”. Não são um código expressivo. O que está dado é suposto como parte intrínseca da paisagem, incapaz de mover os moinhos da história e (espera-se!) tomara seja esquecido. De fato, os dados precisam ser construídos sob intenso processo de comunicação, mas de processos que rompam estereótipos acumuladas na história, um efetivo capital de estereótipos. Paulo Freire lembrou que o Brasil foi um país construído de cima para baixo, o que conseqüentemente reprime processos de informação e comunicação e cria amplos “restos humanos e materiais” em todas as regiões do território-continente. No entanto, nos supostos restos (onde nasceu o samba e seus modos de divulgação) se encontra o melhor das culturas populares, oportunisticamente estilizadas no entretenimento das novelas e quadros das performances televisivas.

A terceira parte do livro-agenda visa desvendar a situação do mundo rural e destaca a violência sofrida pelos trabalhadores, o descaso (e os esforços) pela causa indígena e os direitos à terra justamente compartilhada. Trata-se, no fundo, de fazer cumprir a Constituição da República de 1988, que garante o uso social da terra, propugna a proteção cultural e ecológica dos indígenas e veda quaisquer formas de exploração do trabalho. Discurso cotidianamente negado desde então e, portanto, a exigir ingentes esforços cívicos para sua superação. Um dado é emblemático: no Estado do Pará, Região Amazônica, nas últimas décadas foram registrados 819 assassinatos de trabalhadores e lideranças rurais por pistoleiros, o que lança luz sobre expulsões de famílias, perda de direitos à terra, abandono infantil e outros males, presentes na mídia e na universidade como fatos recorrentes, mas bem pouco acompanhados como sinais contínuos que explicam e comunicam a realidade profunda do país. É necessário reconhecer, porém, que os movimentos sociais do mundo rural dão significativo avanço aos projetos de reforma agrária, com seu conhecimento e sua pertinácia, secundados por funcionários de governos hoje melhor preparados para apoiar as exigências da sociedade. Do mesmo modo, os movimentos da sociedade rural sinalizam em alto grau (porque têm ótimos suportes de comunicação social) as outras formas de violência, como o trabalho escravo, o avanço de culturas agrícolas estranhas (florestas de eucalipto) e a mitigação de fontes de água, bem como a usura e a mais valia exclusiva no trato da terra. Para tanto, 222.691 famílias se encontram acampadas à beira de estradas e em propriedades disputadas pelo direito à terra, presentes pois em mais de mil municípios brasileiros. Também se torna competente o movimento indígena, que conquista direitos a áreas de terra ameaçadas pelo novo empresariado rural. Daí que das 653 terras indígenas do país, 401 já se encontram regularizadas e, do mesmo modo que os movimentos de afro-descendentes, trata-se

agora de trabalhar pela dignidade educativo-cultural, pelo intercâmbio social justo e pela qualificação no uso e no manejo da terra comum.

O último ponto dessa agenda enfoca a questão da segurança. A insegurança contínua, nas cidades e no campo, cria uma gramática de classe e de exclusão: condomínios fechados, investimentos seletivos, tecnologia de segurança. Quase uma paranóia coletiva. A par disso, torturas e chacinas, quer dos círculos do “estado paralelo”, quer dos muitos inocentes. As antigas gerações de empobrecidos, expulsas dos lugares mais valorizados das grandes cidades, são agora sucedidas, simbolicamente, por setores hostis das novas gerações, envolvidas nas teias da ilegalidade, que também usa sistematicamente o discurso da proteção e da “segurança”. As mortes e as prisões superlotadas não deixam margem a dúvidas. Uma pesquisa nacional, com a parceria da Unicef, anuncia, em julho de 2009, que entre 2005 e 2012 nada menos do que 33.000 adolescentes devem ser assassinados. A morte anunciada, prevista, que questiona o sentido e a razão de ser do país e sua Constituição. No poema natalino de João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*, dá-se também o vaticínio do futuro trágico da criança recém-nascida, *Severina*, adjetivo que, ao modo do Cristo, tanto aponta para a queda quanto para a ressurreição, o recomeço. As mães dos meninos e meninas envolvidos pela violência diariamente comunicam ao país os sinais da vida perdida: as fotos de seus filhos. Evidentemente sinalizam a desigualdade social, o autoritarismo e o arbítrio tradicionais, até porque parte significativa da violência é praticada por agentes da lei. No entanto, raramente esses liames entre o micro e o macro são tematizados pela inteligência que deveria ocupar-se deles. Fica, pois, e comunica amplamente, uma agenda de conquistas de direitos negados, de mudança radical na concepção, implementação e avaliação das políticas públicas urbanas e rurais (preventivas, corretivas e construtivas), de ampliação das redes de solidariedade, da negação da parceria entre o hedonismo e o lucro, únicos caminhos para superar o medo, criar identificações democráticas não-macunaímicamente e tornar comum, comunicar, a sociedade desejada e necessária para todos e todas.

Enfim.

Com a memória das 3 metonímias, ou três processos de comunicação a buscar solidariedades, tem-se que sua revelação como parte indissociável do todo nacional pode ensejar o necessário trabalho –sistemático e geracional– de reversão da sociedade analisada por Paulo Freire, feita e imposta de cima para baixo. As forças construtivas e solidárias (pois o metonímico sugere laços e conexões), disseminadas por muitos movimentos e organizações, ao assumirem a agenda do país e realizarem marcas transformadoras, estarão construindo o reencantamento do nosso mundo diverso e plural.

Algumas obras trabalhadas no corpo do texto

COULANGES, Fustel de. A Cidade Antiga. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003

CRUZ COSTA, J. Contribuição à história das idéias no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

Estatuto da Cidade. Lei Federal 5.788/90, aprovada em 2001. Brasília: Câmara dos Deputados.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Indignação. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FURTADO, Celso. "Sete Teses sobre a Cultura Brasileira". In Revista do Brasil. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria de Ciência e Cultura do Município do Rio de Janeiro, ano 1, número 2/84, 1984.

_____. O Modelo Brasileiro. Argumento. São Paulo-Rio de Janeiro, Paz e Terra.

IANNI, Octavio. A Idéia de Brasil Moderno. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992